



COM'ON
EUROPE

WHITE PAPER

on
PARTICIPATORY BUDGETING
FOR YOUTH IN EUROPE

TABLE OF CONTENTS

A. CONTEXTO	.4
WHAT IS THIS WHITE PAPER?	.5
WHAT IS COM'ON EUROPE?	.5
THE CONTEXT OF THE NETWORK OF EUROPEAN YOUTH CAPITALS.	.6
Vision, philosophy.	.6
Mission.	.7
Objectives.	.7
B. RATIONALE.	.8
WHY IS THIS WHITE PAPER TAKING BIRTH?	.9
The role of youth in urban development	.9
The context of urban level thematic youth programmes: the case of the European Youth Capital title	.9
The context of youth friendly cities in Europe	10
WHAT IS PARTICIPATORY BUDGETING?	11
General definition	11
History of participatory budgeting	12
WHAT ARE THE MAIN DIFFERENCES IN PARTICIPATORY BUDGETING (PB) IN GENERAL AND PARTICIPATORY BUDGETING FOR YOUTH (PBY)?	12
C. VISION AND VALUE PROPOSITION FOR EUROPE.	14
WHAT IS THE VALUE PROPOSITION OFFERED TO EUROPEAN CITIES?	15
WHAT IS THE VALUE PROPOSITION OFFERED TO THE EUROPEAN UNION AND EUROPE IN GENERAL?	15
WHAT IS THE VALUE PROPOSITION OFFERED TO MEMBER STATES OF THE EUROPEAN UNION, EEA AND PARTNER COUNTRIES?	15
WHAT IS THE VALUE PROPOSITION OFFERED TO THE WORLD?	16
D. THE PRACTICE OF CREATING AND DEVELOPING PARTICIPATORY BUDGETING FOR YOUTH MECHANISMS.	17
WHY ESPECIALLY LOCAL?	18
SYNCHRONISING PARTICIPATORY BUDGETING FOR YOUTH WITH EXISTING STRATEGIC FRAMEWORKS AND OTHER URBAN PROCESSES	18
WHEN SHOULD A PARTICIPATORY BUDGETING FOR YOUTH BE LAUNCHED?	19



WHO ARE THE LOCAL ACTORS OF A PARTICIPATORY BUDGETING PROCESS FOR YOUTH? WHAT ARE OTHER CORE ELEMENTS? . . .	19
Three key actors: financial supporters, initiators and decision makers. . . .	19
Fourth key core element: the mechanism of the PBY itself	20
Financial sources of a participatory budgeting process for young people. .	20
Initiators and initiatives becoming part of a PBY process	20
The process' decision makers	21
Geographic area	22
Governing body.	22
The Municipality	22
The youth NGO sector	23
Facilitators (or mentors)	23
Media and social media	23
Other catalysts in a PBY process	24
THE PROJECT CYCLE MANAGEMENT OF A PARTICIPATORY BUDGETING IN GENEVAL AND OF A PARTICIPATORY BUDGETING FOR YOUTH.	24
Preparatory measures: creating the framework	24
Implementing the PBY process: selecting initiatives	25
Monitoring the implementation of initiatives	26
Principle of equal access.	26
Communication	27
Critical success factors of a PBY	27
HOW MUCH DOES A PARTICIPATORY BUDGETING FOR YOUTH COST?	29
Who can fund a participatory budgeting process for youth?	29
What is the ideal size of a PBY process?	29
What other financial management aspects should be considered?	29
Direct or indirect funding for initiatives?	30
E. WHAT IMPACT CAN PARTICIPATORY BUDGETING FOR YOUTH BRING FOR EUROPE?	31
IMPACT AT LOCAL LEVEL	32
IMPACT ON REGIONAL/NATIONAL LEVEL	34
IMPACT ON EUROPEAN LEVEL	35
IMPACT ON GLOBAL LEVEL	35
F. YOUR PLAN OF PARTICIPATORY BUDGETING FOR YOUTH IN YOUR CITY	37

A. CONTEXTO



NO QUE CONSISTE ESTE LIVRO BRANCO?

A white paper is an authoritative report or guide that informs readers concisely about a complex issue and presents the issuing body's philosophy on the matter. It is meant to help readers understand an issue, solve a problem, or make a decision.

The White Paper on Participatory Budgeting for Youth in Europe is a framework document created in the context of the initiative and strategic effort called COM'ON Europe – European Platform of Participatory Budgeting for Youth.

O QUE É A COM'ON EUROPE?

O **OBJETIVO** da COM'ON Europe é criar uma estrutura de código aberto para as cidades europeias na implementação de processos de orçamentos participativos, que visam os jovens não apenas como criadores e iniciadores, mas também como decisores. Visa ainda criar uma plataforma de cooperação entre cidades que se candidataram ou que estão dispostas a aplicar processos similares num futuro próximo. O projeto visa atingir essas metas até junho de 2019.

O **OBJETIVO GERAL** da COM'ON Europe é contribuir para a melhoria da participação cívica dos jovens na vida local através de mecanismos locais de orçamentação participativa. O projeto contribuirá para o aumento do espírito de criatividade, associativismo, empreendedorismo e desenvolvimento comunitário dos jovens, proporcionando um ambiente seguro para o planeamento e criação de grupos informais com iniciativas de pequena escala, fornecendo financiamento em nome dos municípios ou outros financiadores e fontes de financiamento, e delegando decisões à comunidade local sobre iniciativas que devem ser apoiadas através deste processo.

Os objetivos específicos são:

- 01: criar um quadro político geral claro para aumentar a participação cívica dos jovens através de processos dedicados ao orçamento participativo para jovens de comunidades urbanas, baseados na teoria e na prática, que liga as políticas europeias à implementação prática a nível local, enquanto levam a experiência local à Europa (LOCAL-EUROPEAN),
- 02: providenciar ambientes urbanos participativos para jovens e para autoridades públicas com base na confiança, assistência e acesso fácil, com a contribuição ativa da sociedade civil (DECISÃO, VOTO), bem como chegar aos jovens e implementar a sua criatividade ao serviço da qualidade de vida urbana das cidades (IDEIA, INICIATIVA),
- 03: permitir que outras cidades adotem processos participativos similares e consolidar a cooperação das cidades europeias (especialmente as cidades que fazem parte da Rede das Capitais Europeias da Juventude) relativamente à participação dos jovens através da criação da Plataforma Europeia do Orçamento Participativo Jovem (que consiste no Centro

Europeu para a Participação Jovem, o Registo Europeu de Participação Jovem e uma metodologia e um conjunto de ferramentas de código aberto (REDE, QUADRO).

A COM'ON Europe faz a ligação de dois aspetos específicos: a participação jovem e o orçamento participativo, tornando-se, assim, original e único. A razão para tal é que mantém o princípio do orçamento participativo (decidindo o destino dos fundos públicos), mas oferece uma plataforma bilateral por meio do compromisso com jovens organizados e desorganizados dispostos a se organizar, mas não através de organizações legalmente estabelecidas. Isso permite que as energias inexploradas dos jovens sejam trazidas à tona na formação da vida comunitária nas cidades.

Todos os parceiros estão a representar as cidades que tenham sido Capital Europeia da Juventude, como Torino 2010, Braga 2012, Maribor 2013, Thessaloniki 2014, Cluj-Napoca 2015, Varna 2017 e Cascais 2018. Todas estas cidades são atualmente ativas na Rede de Capitais Europeias da Juventude, todas provenientes de Estados-membros da União Europeia.

A COM'ON Europe criará um quadro teórico geral reforçado por exemplos práticos de sete cidades europeias relativas ao orçamento participativo jovem, incluindo os seguintes:

- **Metodologia:** Livro Branco sobre Orçamento Participativo Jovem;
- Conjunto de **ferramentas** para participação de jovens e tomada de decisão pública nos processos de orçamento participativo jovem;
- **Pool de Facilitadores**, com competências e habilidades específicas no compromisso de jovens ao nível de base;
- **Planos de Ação Local** para processos de orçamento participativo jovem em cidades parceiras durante 2019;
- **A Plataforma Europeia de Orçamento Participativo Jovem**, através do quadro para a criação do Centro Europeu para a Participação Jovem e do Registo Europeu de Participação Jovem.

THE CONTEXT OF THE NETWORK OF EUROPEAN YOUTH CAPITALS

VISÃO, FILOSOFIA

A rede de visão das capitais europeias da juventude é uma Europa com cidades e áreas metropolitanas comprometidas com a juventude que envolvem ativamente políticas de juventude no desenvolvimento local e regional, processos participativos e de tomada de decisões.

Na sua visão, a Rede considera a participação dos jovens, a igualdade de oportunidades para jovens e a sustentabilidade das estruturas juvenis como



forças motrizes do desenvolvimento urbano de médio e longo prazo, com uma contribuição fundamental para a qualidade de vida de todos os habitantes das cidades e regiões vizinhas.

A visão da Rede leva em consideração as políticas e estratégias de juventude da União Europeia, do Conselho da Europa e das Nações Unidas, e visa implementá-las efetivamente em nível local.

MISSÃO

A missão da Rede das Capitais Europeias da Juventude é de desenvolver uma rede cooperativa e sustentável de cidades europeias designadas como Capitais Europeias da Juventude pelo Fórum Europeu da Juventude, reforçar a solidariedade entre os membros e parceiros e encorajar as cidades europeias a alinhar-se com a visão desta rede.

OBJETIVOS

Objetivos da Rede são:

- permitir a interação baseada em projetos com ênfase especial na juventude e desenvolver plataformas entre cidades-membros e parceiros com base na solidariedade no processo de cooperação;
- estabelecer padrões sustentáveis e demonstrativos, processos e boas práticas em políticas relativas à participação dos jovens a nível local e à cidadania ativa;
- capacitar as cidades europeias e suas regiões vizinhas para que considerem a participação dos jovens, a igualdade de oportunidades para jovens e o desenvolvimento sustentável das estruturas juvenis como prioridades estratégicas para o seu desenvolvimento a médio e longo prazo no processo de melhoria da qualidade de vida;
- contribuir para o reconhecimento, a nível europeu e mundial, do título da Capital Europeia da Juventude como instrumento para a aplicação local das políticas europeias, reforçar as interações entre as instituições europeias e os organismos locais e servir de modelo para o desenvolvimento das políticas de juventude noutros países. Municípios europeus.

B. JUSTIFICATIVA



POR QUE É QUE SURGE ESTE ARTIGO BRANCO?

O Livro Branco sobre o Orçamento Participativo para a Juventude na Europa nasce no contexto de vários fatores que sublinham a sua relevância nos tempos atuais, como o papel da juventude no desenvolvimento urbano, o contexto dos programas temáticos para jovens de nível urbano e o conceito de cidades amigas da juventude na Europa.

O PAPEL DA JUVENTUDE NO DESENVOLVIMENTO URBANO

As cidades europeias enfrentam constantes desafios em relação ao seu futuro e à dinâmica que testemunham entre os seus cidadãos. Recentemente, comparado ao desenvolvimento económico, os cidadãos valorizam mais a qualidade de vida nas cidades, o que inclui mais fatores do que apenas o bem-estar material. Temas como cidades inteligentes, cidades verdes, poluição, sentimento de segurança, alcance regional e global completam o senso geral de ter uma alta qualidade de vida para os habitantes de uma cidade. Sendo uma categoria de idade especial, os jovens agem de forma diferente, envolvem-se com a cidade de maneira diferente e suas necessidades estão a se adaptar de uma maneira constantemente diferenciada do que de outras categorias sociais ou de idade.

Além disso, essa categoria de idade é a que mais adota novas tecnologias. Assim, a juventude e a digitalização tornam-se cada vez mais interligadas, e a maioria das inovações tecnológicas é validada por essa geração primeiro. Não menos importante, se acrescentarmos o aspeto da inovação social, podemos concluir que qualquer melhoria nesses tipos de processos, tecnológicos ou não, pode trazer um amplo impacto ao nível de todo um ecossistema social urbano.

Tudo isto gera impacto em todos os aspetos da vida e do desenvolvimento urbano. As necessidades dos jovens e as soluções propostas não devem ser refletidas apenas em estratégias ou capítulos dedicados aos jovens sobre planos de juventude em geral. Ao contrário, devem ser um aspeto horizontal abrangente de qualquer desenvolvimento futuro. Além disso, formar e modelar a visão de longo prazo de uma cidade sobre ela mesma, pode ser abordada apenas na perspetiva das futuras gerações, pois elas serão o núcleo dessa visão que se forma na prática nos próximos 20 a 30 anos. Senão, não será uma visão realista.

O CONTEXTO DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS DA JUVENTUDE AO NÍVEL URBANO: O CASO DO TÍTULO DA CAPITAL EUROPEIA DA JUVENTUDE

Enquanto vivem seu renascimento, os diferentes tipos de títulos de capitais europeias fornecem às cidades uma necessidade básica: a certificação de esforços em uma área específica de atividade com um impacto geral no nível urbano. Além do título mais reconhecido da Capital Europeia da Cultura, outros títulos como a Capital Europeia do Desporto, a Cidade Europeia do Desporto, a Capital Verde da Europa ou outros títulos de inovação, PME, etc. emergiram especialmente no século XXI para estimular as cidades a terem um foco especial com valor agregado europeu em uma determinada área.

Este é também o caso do título da Capital Europeia da Juventude. Surgido em 2009, apenas 10 anos antes do nascimento deste livro branco, este título forneceu uma ampla gama de programas temáticos anuais para jovens em várias partes da Europa, abordando uma vasta gama de tópicos, mas que estão todos ligados aos jovens de uma forma. Embora se concentrando em geral em alguns aspetos recorrentes, como participação de jovens, co-gestão envolvendo os setores público e juvenil da mesma forma, ou fornecendo uma marca internacional para as cidades, esses programas também foram muito específicos para cada uma das cidades que conquistaram este título. Esta variedade também surgiu devido aos desafios diferentes e por vezes muito particulares que as cidades da Europa enfrentam, dependendo de uma grande variedade de fatores.

As cidades que fazem parte do projeto chamado COM'ON Europe - Plataforma Europeia de Orçamento Participativo para a Juventude - são todas detentoras do título Capital Europeia da Juventude e decidiram que, apesar de se encontrarem em situações diferentes no que diz respeito à implementação de projetos de orçamento participativo, alguns aspetos de seus esforços devem ser padronizados e melhorados por meio de uma estrutura conjunta, metodologia e um conjunto de ferramentas para implementação de projetos de orçamento participativo.

O CONTEXTO DE CIDADES AMIGAS DOS JOVENS NA EUROPA

Não menos importante, existe um aspeto específico do título da Capital Europeia da Juventude que cria uma diferenciação notável em comparação com outros títulos, pois é o único título que aborda uma geração e não um domínio específico. Assim, este título e cidades que desenvolvem programas temáticos anuais sob este quadro podem também abordar uma questão mais abstrata: a visão de longo prazo das cidades-sede. Começa com as premissas de que os jovens de hoje serão os futuros líderes, tomadores de decisão, investidores, gerentes de negócios, ativistas de ONGs e jovens trabalhadores da cidade. Em geral, a juventude de hoje fornecerá para as sociedades do futuro.



Colocando isso em perspectiva, a questão não é apenas sobre o reconhecimento das cidades como sendo jovens por um ano, mas também o esforço de longo prazo para transformar os ambientes urbanos em um ser capaz de prover aos jovens, especialmente quando eles decidem se contentar com um longo prazo. Portanto, também é sobre como uma cidade está-se a tornar amigável para a juventude e quais são as condições para que isso aconteça. Um esforço estratégico lançado pela Fundação Bracara Augusta de Braga, Capital Europeia da Juventude em 2012, no qual outras seis cidades europeias também foram parceiras, resultou na criação do selo de qualidade chamado 100% Youth City. Este é um dos possíveis conjuntos de ferramentas complementares para as cidades investirem e trabalharem na criação de ambientes favoráveis à juventude.

No entanto, a interação e os processos participativos também precisam ser implementados para alcançar um alto nível de sentido de propriedade da cidade e de seus bairros por parte de seus cidadãos. Além disso, a partir deste ponto de vista, os jovens agem e socializam-se de maneira diferente, como fazem as gerações mais velhas. Portanto, as soluções para criarem este sentido de propriedade também precisa de variar.

Neste sentido, os processos de orçamento participativo para jovens em uma cidade podem se tornar outra ferramenta útil. O motivo para iniciar o COM'ON Europe e criar este Livro Branco (white paper) é exatamente o objetivo de ampliar o leque de ferramentas e métodos pelos quais uma cidade pode se conectar aos jovens e envolvê-los na co-criação do futuro de uma cidade.

O QUE É O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO?

DEFINIÇÃO GERAL

O orçamento participativo (OP) é um processo de deliberação democrática e de tomada de decisões, e um tipo de democracia participativa, na qual as pessoas comuns decidem como alocar parte de um orçamento municipal ou público. O orçamento participativo permite que os cidadãos identifiquem, discutam e priorizem projetos de gastos públicos, conferindo-lhes o poder de tomada real de decisões sobre a forma como os fundos são gastos.

Os processos de OP são tipicamente planejados para envolver quem fica de fora dos métodos tradicionais de participação pública, como é o caso de residentes de baixos rendimentos, não-cidadãos e jovens. Um estudo de caso abrangente de oito municípios brasileiros que analisou os êxitos e fracassos do orçamento participativo sugeriu que isto costuma resultar em gastos públicos mais justos, maior transparência e prestação de contas do governo, aumento dos níveis de

participação pública (especialmente por parte de residentes marginalizados ou mais pobres) e aprendizagem democrática e cidadã.

O orçamento participativo (OP) envolve, geralmente, várias etapas básicas:

- os líderes comunitários identificam as prioridades de investimento e gastos e selecionam os responsáveis orçamentais (iniciadores, formas de iniciativas e decisores);
- os responsáveis orçamentais desenvolvem propostas de gastos específicos (iniciativas), com a ajuda de especialistas;
- os membros da comunidade votam nas propostas a apoiar e a financiar;
- a cidade, outro órgão diretivo de iniciadores, implementa as propostas votadas;
- a cidade, ou outras instituições financiadoras, apoia a implementação na prática.

HISTÓRIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

*“Desde a sua criação no Brasil no final dos anos 80, o Orçamento Participativo já foi instituído em mais de 1500 cidades em todo o mundo. Contamos com estudos científicos para uma visão fundamental: não basta simplesmente falar de “difusão”, e esquecer a forma como a circulação e a tradução de uma ideia a transformam fundamentalmente (Latour, 1987). Nesse caso, a própria viagem transformou o OP num dispositivo atraente e politicamente maleável, reduzindo-o e simplificando-o a um conjunto de procedimentos para a democratização da procura. A relação desses procedimentos com o mecanismo administrativo é ambígua, mas fundamentalmente importante para o eventual impacto do Orçamento Participativo em qualquer contexto ”.*¹

1 Ganuza, Ernesto e Baiocchi, Gianpaolo (2012) “O poder da ambiguidade: como o orçamento participativo viaja o mundo”, Journal of Public Deliberation: vol. 8: Iss. (2): Artigo 8.º
Disponível em: <https://www.publicdeliberation.net/jpd/vol8/iss2/art8>



QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO GERAL (OP) E O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM (OPJ)?

Esta é, provavelmente, a questão mais pertinente. As possíveis principais diferenças entre um processo geral de orçamento participativo (OP) e um processo de orçamento participativo para jovens (OPJ) podem ser resumidas da seguinte forma:

- Num OPJ, as iniciativas são implementadas por quem as propôs. Não importa se as iniciativas são propostas por um indivíduo, um grupo formal ou informal de jovens ou por uma organização jovem, se votado e selecionado, ou financiada, a iniciativa será implementada pela mesma pessoa ou grupo de indivíduos, enquanto o próprio mecanismo de OPJ pode prestar assistência na implementação e promoção.
- Num OPJ, as iniciativas são propostas por uma categoria especial de jovens (jovens definidos por idade ou por qualquer outro componente específico, como frequentar certo tipo de escola ou fazer parte de outra categoria social específica, exceto ser jovem).
- Um processo OPJ tem geralmente uma atribuição muito menor e não diz respeito a investimentos em infraestruturas públicas, especialmente porque o valor de uma única iniciativa que não faça parte do conjunto de iniciativas apresentadas, selecionadas e votadas é reduzido ao nível de apenas centenas ou milhares de euros (ou uma quantia comparável em moeda local).
- Os próprios decisores podem, opcionalmente, ser provenientes de apenas uma faixa etária específica, como os jovens, ou de uma faixa específica entre os jovens. Este fator depende da arquitetura.

No entanto, é importante ressaltar que nem todos estes aspetos estão presentes enquanto fatores de diferenciação numa cidade onde existe, também, um OP geral e um processo OPJ. Cabe às entidades oficiais designadas de ambos os processos consciencializar os habitantes sobre o conceito, a arquitetura e o processo de um OPJ.

Especialmente por causa da menor alocação financeira e do menor nível de visibilidade pública dos resultados, um processo OPJ recebe muito menos atenção do público do que um processo de OP geral, no entanto, o seu impacto ao nível de base pode trazer alterações adicionais e mais fortes a curto e, especialmente, a longo-prazo na sociedade urbana local.

C. VISÃO E PROPOSTA DE VALOR PARA A EUROPA



QUAL É A PROPOSTA DE VALOR PARA AS CIDADES EUROPEIAS?

A proposta de valor para as cidades europeias é um quadro político reforçado por diretrizes e ferramentas, uma plataforma de apoio, um conjunto de facilitadores, um conjunto de exemplos práticos implementados e melhorados, bem como um centro de recursos acessível no esforço de criação processos democráticos visando a participação ativa dos jovens em todos os aspetos da vida urbana.

A proposta de valor para as cidades europeias é uma forma de estarmos constantemente unidos às gerações mais jovens, enquanto tomamos conhecimento do que querem e do que necessitam, além do seu contributo para a melhoria da qualidade da sua própria qualidade de vida e da qualidade de vida dos seus co-cidadãos.

A proposta de valor para as cidades europeias é um quadro para a inovação social, através do qual a mentalidade das organizações, instituições públicas e empresas se apoia na criação de um ecossistema que possibilita, encoraja, ajuda e guia os jovens a se realizarem enquanto tomam consciência, de forma autónoma, do seu próprio caminho.

QUAL É A PROPOSTA DE VALOR PARA A UNIÃO EUROPEIA E A EUROPA EM GERAL?

A proposta de valor para a União Europeia é um quadro que apoia a participação ativa dos jovens ao nível das bases na melhoria da qualidade de vida nas cidades e áreas metropolitanas, que também está na base de uma visão realista sobre o futuro da Europa e das suas cidades com os jovens agindo como parte constituinte e agente proativo, enquanto possuem um sentido elevado de propriedade do processo.

QUAL É A PROPOSTA DE VALOR PARA OS ESTADOS-MEMBROS DOS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA, EEE E PAÍSES PARCEIROS?

A proposta de valor para os países da União Europeia, do Espaço Económico Europeu e dos Países Parceiros da Europa é um exemplo prático que pode

.....

servir de base de políticas e programas nacionais que incentivem a democracia participativa e o empoderamento dos jovens ao nível de base.

.....

A proposta de valor para a UE, EEE e aos Países Parceiros é uma forma de interagir com jovens cidadãos dentro dos seus ambientes urbanos de forma proativa e capacitadora, tornando-os cidadãos mais responsáveis, empreendedores e ativos com um elevado interesse, também, em relação aos seus países de origem e/ou residência.

.....

A proposta de valor para a UE, EEE e Países Parceiros é uma ferramenta em tempo real, fiável, que permite conhecer as necessidades e desejos dos jovens que podem formar a base para qualquer decisão política, estratégia ou plano de ação que impacta diretamente os jovens.

QUAL É A PROPOSTA DE VALOR PARA O MUNDO?

.....

A proposta de valor para o mundo é um dos principais esforços continentais para abordar e mudar a mentalidade e a atitude em relação aos jovens, confiando neles enquanto geração, para poderem fazer parte integrante da formação de uma visão sustentável do futuro para o meio ambiente e para o mundo.

.....

A proposta de valor para o mundo é uma abordagem aprimorada e consolidada, mas, ainda assim, uma abordagem de baixo para cima, começando no nível de base em ambientes urbanos que traz inovação social em relação à mentalidade das comunidades urbanas jovens sobre questões globalmente desafiadoras como a sustentabilidade e a responsabilidade na atitude, comportamento e ação humana, no presente e no futuro.

D. A PRÁTICA DA CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO PARA OS MECANISMOS DA JUVENTUDE

No caso de um processo de orçamento participativo jovem (OPJ) já existente numa cidade ou numa comunidade local onde o OPJ esteja prestes a ser estabelecido, existe um conjunto de aspetos que devem ser tomados em consideração antes do processo de planeamento de criação e/ou desenvolvimento. Devem considerar-se também os atores, aspetos da gestão do ciclo do projeto e o cronograma deste processo participativo.

PORQUÊ ESPECIALMENTE LOCAL?

Embora Portugal seja o primeiro país do mundo a desenvolver um processo de orçamento participativo a nível nacional a partir de 2017, pode afirmar-se que o OP em geral nasceu e desenvolveu-se como um processo local e, maioritariamente, urbano. Com base no princípio da subsidiariedade (princípio organizador de que as questões devem ser tratadas pela autoridade competente mais pequena, mais baixa ou menos centralizada), as decisões sobre fundos públicos locais devem ser tomadas pelos intervenientes mais relevantes da presente decisão. Enquanto que, para a maioria dos fundos públicos locais, as decisões são tomadas pela entidade local eleita (o ramo decisório de um município), cuja legitimidade decorre da decisão dos habitantes expressa durante as eleições autárquicas, uma parte dessa decisão de fundos pode ser delegada à sua fonte legítima, ou seja, diretamente aos cidadãos.

SINCRONIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO PARA JOVENS COM QUADROS ESTRATÉGICOS EXISTENTES E OUTROS PROCESSOS URBANOS

Um processo de orçamento participativo não deve existir sem ser colocado num contexto mais amplo. Estratégias gerais de nível urbano ou específicas para jovens constituem uma boa estrutura para prioridades que os processos de OPJ também devem seguir. Isto é válido não apenas para certos investimentos infraestruturais, como também para objetivos e prioridades sociais mais amplas. As prioridades regionais, nacionais e europeias e os documentos estratégicos devem também ser tomados em consideração, mas sem serem o aspeto definidor. Deve ser considerada a complementaridade com as prioridades locais.

Uma relação e interação especial de um OPJ com um processo OP geral deve ser sempre tomada em consideração, nos casos onde ambos existam. Conforme explicado anteriormente, um processo de OPJ possui certas diferenças significativas comparativamente a um OP geral. A existência de ambos no mesmo ambiente urbano pode ser uma mais-valia na interação dos Decisores com o público. Além disso, um processo OPJ é capaz de produzir resultados



nos casos em que as formas mais gerais e tradicionais de interação, como consultas públicas, processos de diálogo estruturados, falham. Se criado corretamente, um OPJ tem a capacidade de trazer à tona o potencial humano dentro dos jovens, ao contrário de outras ferramentas.

Há situações em que um processo geral de OP não foi capaz de criar o nível de envolvimento entre os jovens como o nível testemunhado com outras categorias etárias. Em situações como esta, um processo OPJ complementar pode incitar a participação dos jovens em questões que lhes dizem diretamente respeito, mas também pode aumentar o interesse por outros problemas urbanos abordados por meio de um OP geral.

QUANDO DEVE SER LANÇADO UM ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM?

Uma análise mais ampla sobre a oportunidade de um processo ser lançado precede qualquer decisão de ter um OPJ. Esta análise deverá considerar aspetos tais como a área geográfica e as categorias específicas de jovens tomadas em consideração. Se esta análise fornecer respostas sobre a possibilidade de aumentar o empoderamento e a participação dos jovens, e caso haja necessidade e disposição para os jovens se envolverem em ações comunitárias, então deve-se considerar o lançamento de uma iniciativa OPJ. O lançamento de um OPJ não deve depender do estado atual de desenvolvimento ou declínio de uma cidade. Um OPJ pode produzir um impacto positivo a qualquer momento, uma vez que pode enfrentar os desafios atuais do ambiente urbano, levando em conta os fatores regionais, nacionais, europeus ou mesmo globais.

QUEM SÃO OS AGENTES LOCAIS DE UM PROCESSO DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO PARA A JUVENTUDE? QUAIS SÃO OS OUTROS ELEMENTOS ESSENCIAIS?

Um processo de orçamento participativo jovem envolve uma vasta gama de atores com uma contribuição relevante. Alguns dos atores são essenciais para a própria existência do processo, enquanto outros trazem complementaridade e mais-valia para os resultados e impacto.

TRÊS ATORES PRINCIPAIS: ASSISTENTES FINANCEIROS, INICIADORES E DECISORES

Para que um processo de orçamento participativo aconteça, há a necessidade de três aspetos-chave para a existência e entrega desse processo.

Em primeiro lugar, como abordamos o tema do orçamento, é necessária a existência de um financiador que forneça esse orçamento. Em segundo lugar, há a necessidade da existência de um grupo de iniciadores, que pode ser composto por indivíduos, grupos ou organizações que apresentem ideias e planos num determinado formato e contexto. Terceiro, existe a necessidade de um órgão de tomada de decisão que ofereça um vasto acesso a todas as pessoas da cidade ou a algumas categorias especiais, conforme definido pelo Regulamento de Processo do OPJ. A inexistência de qualquer um desses três componentes impossibilita a existência de um processo de orçamento participativo.

QUARTO ELEMENTO-CHAVE: O MECANISMO DO PRÓPRIO OPJ

Todos os três componentes básicos precisam ser conectados através do mecanismo de um processo dedicado de orçamento participativo jovem. Este mecanismo assume a forma de um regulamento de processo básico, complementado por outros documentos, diretrizes, plataformas técnicas, um processo de gestão e comunicação, bem como um conjunto de recursos humanos acessíveis para ajudar indivíduos e grupos de pessoas a participar do processo. Este mecanismo toma em consideração as decisões públicas relativas à criação e desenvolvimento do OP, princípios amplamente aceites relativamente ao OP na Europa e no mundo, e outras políticas e estratégias locais que têm impacto nos assuntos da juventude a nível local. Este mecanismo será também o resultado de uma consulta mais ampla com as relevantes partes interessadas, a fim de ser aceite e promovido como tal.

FONTES FINANCEIRAS DE UM PROCESSO DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM

Orçamento participativo nem sempre significa que é financiado por fundos públicos. Também é possível que um grupo de entidades privadas ou uma vasta variedade de doadores individuais financiem este processo. Não menos importante, existe também a possibilidade de um esforço conjunto de financiadores públicos, privados e comunitários. Na maioria dos casos, o financiamento para um processo OP ou OPJ é fornecido por um município a partir de fundos públicos locais com base numa decisão local com base legal, um orçamento anual ou uma atribuição financeira especial para outra entidade que não o próprio município.

INICIADORES E INICIATIVAS A FAZEREM PARTE DE UM PROCESSO DO OPJ

A definição de potenciais iniciadores e iniciativas é fundamental para qualquer



processo de OPJ. A definição destes dois aspetos terá o impacto mais importante sobre a ativação urbana em todo o processo.

Ao decidir sobre este aspeto, um corpo administrativo de um OPJ deve considerar qual o tipo de problema e o impacto que o processo irá alcançar. Se o objetivo é aumentar a participação individual e o empreendedorismo jovem, então o iniciador deve ser uma pessoa singular. No entanto, se um OPJ considera a melhoria da associatividade ou socialização passiva, sendo transformada numa participação ativa, então a forma mais adequada de iniciador pode ser um grupo de jovens, formal ou informal. Além disso, um OPJ pode também ajudar a aumentar a associatividade através da ligação de jovens com ideias com outros indivíduos que gostariam de participar, criando grupos informais graças ao próprio processo. Existe também a opção de envolver grupos existentes, como turmas escolares ou ONGs de jovens oficialmente constituídas. Qualquer seja opção tomada, é vital que a definição do iniciador fique muito clara no regulamento do processo do OPJ, a fim de evitar dúvidas e eventuais mal-entendidos de elegibilidade no processo.

Definir o tipo de iniciativa é também primordial. Alguns aspetos fundamentais devem ser considerados por qualquer entidade reguladora encarregada da implementação do OPJ. Tipos de iniciativas definem como o corpo diretivo ou os financiadores imaginam o impacto de iniciativas apoiadas pelo processo na comunidade visada. A área geográfica de implementação é outro aspeto a ser considerado. Não menos importante, a alocação financeira para uma certa iniciativa também define a complexidade ou a simplicidade das iniciativas que serão apoiadas durante o processo. Por exemplo, se um processo definir o limite superior de recursos alocados a um projeto em 1.000 euros, este receberá iniciativas de pequena escala, enquanto se o teto financeiro for 10.000 euros, surgirão iniciativas mais complexas. Além disso, o mesmo teto também define a necessidade de uma capacidade de um indivíduo ou de um iniciador de grupo para implementar a sua própria proposta.

OS DECISORES DO PROCESSO

Com todos os processos de OP, as questões-chave que surgem são sobre quem é exatamente o responsável pela tomada de decisões sobre as ideias ou iniciativas propostas. Isto também acontece com os processos OPJ. Existem várias opções a considerar. Existem modelos em que as decisões são tomadas apenas por jovens na cidade, conforme definido por uma categoria específica de idade, a sua atividade atual (frequência da escola ou universidade) ou uma área geográfica de uma cidade. Outro modelo de OPJ considera também a tomada de decisões em nome de todos os cidadãos.

Também deve ser considerada a participação de menores de 18 anos. Primeiro, existem vários países em que os jovens já podem votar aos 16 anos. O Fórum Europeu da Juventude também promove a votação a partir dos 16 anos.

Outro aspecto a decidir é o modo como os decisores expressam as suas decisões. A forma tradicional de voto também é uma opção, mas deve tomar-se em consideração, especialmente no caso dos jovens eleitores, que a sua interação social também é ativa online, com um impacto rapidamente crescente. Assim, qualquer tipo de solução online pode produzir uma participação percentual mais elevada do que os métodos tradicionais. É claro que, se as iniciativas e os eleitores provêm de uma faixa etária ou situação social (como, por exemplo, um OPJ realizado nas escolas) muito específica, então a votação pode ser considerada no âmbito das atividades escolares.

Não menos importante, para a realização de qualquer OPJ, há uma necessidade específica de uma zona de demarcação geográfica onde toma lugar o processo. A área mais comum é aquela definida pelos limites da cidade. No entanto, também pode ser considerada uma área metropolitana ou um bairro específico de uma cidade, dependendo das prioridades da cidade e das necessidades específicas em determinadas áreas dessa cidade. Ao definir a área geográfica, deve-se levar em consideração o princípio da subsidiariedade, ou o nível mais baixo sobre o qual uma decisão deve ser tomada.

Qualquer OPJ deverá nomear um órgão diretivo. Contudo, existem várias opções para a composição deste órgão. A primeira opção óbvia é que o próprio financiador seja também o órgão diretivo a reger o processo. No entanto, situações há em que o(s) financiador(es) considera(m) que não são a organização mais adequada para a implementação desse processo, seja por falta de tempo ou por falta de conhecimento em termos de orçamentos participativos. Noutros casos, a iniciativa de estabelecer um processo OPJ vem de uma organização ou instituição que não possui os recursos financeiros necessários para ser o financiador por si só. Assim, aborda financiadores (como, por exemplo, uma autarquia) para apoiar este mecanismo e financiá-lo.

Seja qual for a situação, deve nomear-se um órgão diretivo aprimorado por uma equipa executiva para o ciclo de projeto completo de um OPJ. Este órgão terá o papel de criar o quadro completo do OPJ, a partir do regulamento de processo e depois prosseguido por toda a gestão técnica, comunicação, sensibilização e subcontratação de quaisquer serviços ou produtos especiais necessários para a sua implementação, incluindo acordos de cooperação com iniciadores que selecionados através de votação pública para implementação das suas



iniciativas. O órgão diretivo será responsável pela implementação e reportará às várias partes interessadas sobre o resultado do processo. O órgão diretivo pode ser formado por uma única organização ou por um conselho formado por representantes de várias organizações. No entanto, uma entidade legal deve fornecer o trabalho executivo para o processo..

O MUNICÍPIO

O município da cidade pode desempenhar uma vasta gama de funções num OPJ. No entanto, o facto é que é um dos intervenientes mais importantes nesse processo. O município pode ser o único financiador, uma vez que está comprovado pelas boas práticas já existentes na Europa (incluindo em várias cidades que participam no projeto estratégico COM'ON Europe). Além disso, em vários casos, o município é o órgão diretivo do processo, desempenhando o papel de regulador e de gestor técnico da totalidade do ciclo do projeto. Mas mesmo no caso de financiamento e gestão externos, o envolvimento de um município é vital para proporcionar uma sensibilização a nível urbano. Por fim, para qualquer OPJ, o município é um dos principais beneficiários indiretos, pois o processo oferece uma ampla gama de impactos positivos para a cidade, que podem ser dimensionados e multiplicados em todo o ambiente urbano.

O SETOR JOVEM DAS ONGS

Independentemente do formato dos detalhes, um OPJ deve cooperar ativamente com o setor juvenil local, pois é um dos catalisadores mais importantes para os jovens. Além disso, um OPJ pode dar responsabilidades às organizações juvenis na tentativa de atrair e envolver os jovens nas suas atividades. As organizações juvenis devem estar envolvidas em todas as etapas do ciclo do projeto do processo, e a sua participação num órgão diretivo pode constituir uma mais-valia.

Contudo, é importante estar ciente do fato de que as organizações de jovens não são a única ferramenta para abordar a juventude. As cidades europeias já enfrentam o facto de que os jovens não se envolvem em interações sociais através dos canais tradicionais normais. Torna-se, assim, necessário adotar outros meios catalisadores.

FACILITADORES (OU MENTORES)

Toda a interação social é, afinal, uma relação de pessoa para pessoa. Como um dos principais fatores de sucesso de um OPJ é a confiança, um grupo de facilitadores pode trazer melhorias significativas para esse processo participativo. Mas o que é um grupo de facilitadores (ou mentores)? É, basicamente, um grupo de pessoas (de preferência jovens estudantes e trabalhadores) que já possuem ou que estejam a aprender capacidades de interação direta com indivíduos ou grupos de jovens. O seu papel neste processo é o de fornecer informações fáceis de entender sobre o OPJ e sobre a possibilidade de acesso a este projeto que é dada aos jovens. Um facilitador também terá um papel vital na assistência e ajuda aos iniciadores na criação de

uma ideia inicial e respetiva transformação numa proposta específica para uma iniciativa, de acordo com os requisitos do regulamento de processo. Um facilitador pode ainda ajudar e ensinar os jovens a usar vários canais de comunicação para promoverem as suas ideias, incluindo as redes sociais. Não menos importante, o papel do facilitador é importante para auxiliar o iniciador a implementar a iniciativa proposta e aceite. O facilitador é como um mentor, que segura a mão de qualquer iniciador que necessite e que peça ajuda. O grupo de facilitadores (ou mentores) é uma das ferramentas cruciais para atrair e envolver os jovens no OPJ.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REDES SOCIAIS

As estatísticas sublinham o facto de que os jovens mal consomem os meios de comunicação tradicionais. Contudo, o papel da comunicação social ao nível local não deve ser desvalorizado. Os atores dos meios de comunicação locais têm um papel vital para a sensibilização do OPJ entre todas as faixas etárias e sociais da cidade. Especialmente no caso de um formato em que todos os cidadãos votam pela iniciativa, a promoção feita pela comunicação social tradicional oferece as premissas para fornecer legitimidade através da ampla participação de todas as categorias sociais na tomada de decisões. Um efeito colateral do envolvimento ativo dos meios de comunicação social é também uma maior sensibilização entre os jornalistas sobre o impacto positivo da democracia participativa numa cidade.

As redes sociais devem ser consideradas nesta perspetiva do ponto de vista das pessoas-chave e formadores de opinião que têm um grande número de seguidores. Também se devem considerar os grupos populares das redes sociais.

OUTROS CATALISADORES NUM PROCESSO OPJ

Embora não tenha sido diretamente mencionado até ao presente, o ecossistema de uma cidade abriga uma série de outros atores que também podem ter um papel relevante num OPJ. Escolas e universidades, empresas privadas e redes dessas entidades, instituições públicas locais com atribuições que impactam os jovens, espaços e centros culturais, e ONGs seniores com trabalhos relevantes no campo da juventude podem contribuir para o sucesso de um OPJ. Cabe ao órgão diretivo identificar os melhores parceiros para um determinado OPJ, dependendo das várias características apresentadas neste livro branco.

A GESTÃO DO CICLO DE PROJETO DE UM ORÇAMENTO PARTICIPATIVO GERAL E DE UM ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM

MEDIDAS PREPARATÓRIAS: CRIAÇÃO DO QUADRO

O regulamento de processo de qualquer orçamento participativo é o documento mais essencial que estabelece toda a estrutura do mecanismo desde o primeiro



momento do seu anúncio até aos momentos finais de implementação e elaboração de relatórios. O regulamento descreve todas as etapas da implementação de todo o processo e detalha vários aspetos técnicos durante todo o ciclo do projeto.

O regulamento do processo não será o único documento oficial para a criação e implementação do OPJ. Qualquer que seja a fonte de financiamento do processo, deve haver uma decisão oficial que estabeleça o OPJ numa cidade. No caso de um município, uma decisão sobre uma alocação financeira ou uma decisão sobre a intenção de organizar um processo de OPJ deve ser colocada em prática antes que o processo seja lançado em público.

O regulamento do processo define o processo, mas deve haver uma ampla gama de ferramentas de apoio à implementação, que são criadas na fase de planeamento. Diferentes formas e diretrizes, materiais explicativos, uma marca única e identidade visual ajudam a que seja um processo de orçamento participativo facilmente identificável e acessível. Não menos importante, se um formato online for desenvolvido em qualquer uma das fases de um OPJ, a plataforma técnica que suporta esses estágios deve ser criada e testada em tempo útil.

A criação de regras de procedimento deve ser precedida de uma análise mais detalhada sobre a oportunidade de implementar esse processo no momento e altura certos. Esta análise também fornece argumentos relevantes para uma justificativa que explica por que razão o OPJ está a ser criada ou está a ser continuada e desenvolvida com base em experiências e resultados passados.

IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO OPJ: SELECIONANDO INICIATIVAS

Capacitar os iniciadores, gerar iniciativas e capacitar a comunidade a decidir sobre o orçamento disponível de forma participativa, fornecer juntos o aspeto mais importante de qualquer orçamento participativo. As etapas mais importantes da implementação são as seguintes:

- **INFORMAR GRUPOS ALVOS:** a primeira etapa do processo OPJ é permitir que os grupos-alvo conheçam a ideia desse processo participativo, sobre as suas etapas e outros aspetos preocupantes para os jovens visados. A informação deve ser conduzida em larga escala, usando todos os canais de comunicação possíveis. É importante ressaltar, no entanto, que as ferramentas dos meios de comunicação social e das redes sociais devem ser aprimoradas também pelos esforços de informação entre pares. Presença nas escolas, a interação direta com os jovens nos seus ambientes habituais é primordial na sensibilização do processo. Um esforço concentrado de todas as partes interessadas envolvidas na fase de planeamento também é uma mais-valia na transformação dos aspectos-chave em mensagens virais.
- **CONSULTORIA DE GRUPOS ALVO:** Como consequência dos esforços de informação para os grupos-alvo, um período de consulta oferece a possibilidade de interação direta sobre as necessidades e sobre como

- **INICIADORES ENVOLVIDOS:** Nesta etapa são necessários ainda mais esforços dos iniciadores (conforme definido pelo regulamento do processo) de se tornem ativos e proporem iniciativas. É uma espécie de registo oficial dos iniciadores, online e offline. Esta etapa também trata de transformar um interesse passivo no OPJ num envolvimento ativo, onde discussões e debates teóricos podem ser transformados em propostas específicas. Esta fase também significa uma espécie de transformação de um compromisso numa responsabilidade, uma vez que os jovens, na sua qualidade de iniciadores, também assumem que estão dispostos a implementar o que propõem, se o público considerar as suas iniciativas como boas oportunidades para a área geográfica prevista (cidade, bairro, escola, etc.).
- **COLABORANDO PARA OFERECER AS MELHORES INICIATIVAS:** esta etapa concentra-se na criação de adicionalidade e uma abordagem geral aberta a todas as iniciativas. O processo pode facilitar a ligação entre várias iniciativas e grupos de iniciadores para encontrar um ponto comum e oferecer melhores soluções para as necessidades identificadas dos jovens ou de toda a comunidade. Esta fase pode fornecer iniciativas incorporadas ainda melhor na sociedade, o que também levará a um reconhecimento mais amplo por parte do público. Iniciativas ligadas também aumentam as suas oportunidades de serem votadas pelo público na fase de capacitação.
- **DAR PODER ÀS PESSOAS:** esta fase final é sobre colocar a decisão final nas mãos do público. É a fase em que a preferência do público, enquanto decisor (conforme definido pelo regulamento do processo), é expressa em relação às iniciativas propostas pelos jovens. Independentemente do formato adotado, o público deve ter amplo acesso às informações sobre as formas de expressarem seu voto e as iniciativas que podem escolher. Normalmente, com o orçamento participativo, o processo de tomada de decisão ocorre durante um período mais longo de até duas ou três semanas ou um mês.

26 WHITE PAPER ON PARTICIPATORY BUDGETING FOR YOUTH



que diz respeito à comunicação, os grupos-alvo não precisam conhecer todas as fases, constituindo estas mais um conceito interno do processo.

SUPERVISÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE INICIATIVAS

Embora, oficialmente, um processo de OPJ termine com a quinta fase de capacitação, quando as pessoas escolhem diretamente as iniciativas, do ponto de vista da gestão de projetos, a implementação não pára. Um órgão diretivo investirá recursos adicionais na supervisão e assistência de iniciativas que foram selecionadas para implementação pelos eleitores. Esta fase é também uma boa ferramenta para a aprendizagem não formal de jovens envolvidos na implementação das suas iniciativas. Um acompanhamento e uma assistência adequados elevam a qualidade das iniciativas, proporcionam uma experiência prática em relação à gestão e comunicação de uma iniciativa, evento e constroem a autoconfiança dos jovens e o seu reconhecimento na sociedade. Os papéis dos facilitadores (mentores) também são vitais nesta etapa, pois fornecem qualquer apoio necessário mais experiente aos iniciadores. Um efeito colateral positivo deste processo é também que todas as condições são fornecidas para que um órgão diretivo faça um relato adequado para os financiadores e para o público em geral. Além disso, este aspeto oferece ótimas oportunidades de sustentabilidade a longo prazo de um OPJ do ponto de vista da legitimidade e da aceitação de alto nível, também no contexto dos resultados finais e do impacto produzido pelas iniciativas.

PRINCÍPIO DA IGUALDADE DE ACESSO

As experiências anteriores mostram que um dos principais problemas do orçamento participativo para os jovens é a falta de acesso igual ao processo. À primeira vista, pode parecer que a democracia participativa é uma questão de acessibilidade alargada para as pessoas, mas se olharmos mais de perto, perceberemos que aqueles que têm acesso também ficarão mais tentados a participar desse tipo de processo, enquanto os jovens desfavorecidos testemunharão mais desvantagens. Assim, ao criar a arquitetura de um OPJ, o órgão diretivo deve considerar a implementação de medidas excecionais que permitam a participação de jovens ou grupos desfavorecidos. Medidas específicas podem ser propostas em todas as etapas. No entanto, o aspeto mais importante do acesso é para jovens desfavorecidos como iniciadores. Isto significa um foco especial durante as primeiras fases de um OPJ, como informar, consultar e envolver essas categorias. Medidas especiais na fase de votação também podem ser postas em prática, como uma alocação financeira separada para iniciativas provenientes de grupos desfavorecidos de jovens. Desta forma, pode-se garantir que, independentemente do resultado de uma votação, as iniciativas provenientes desses grupos especiais também terão a oportunidade de serem financiadas e implementadas.

COMUNICAÇÃO

Um processo de OPJ deve ser considerado como um programa completo com múltiplas camadas de pacotes de atividades e com uma identidade visual

ou marca facilmente identificável. Deve ser dada importância ao processo de comunicação para o processo como um todo, mas também às atividades e fases individuais. Deve ter-se o cuidado de utilizar uma linguagem de fácil compreensão, uma vez que a comunicação se dirige especialmente aos jovens enquanto iniciadores numa área geográfica específica e a um público envolvido na tomada de decisões. Embora o regulamento do processo constitua o principal documento regulador de um OPJ, isto precisa traduzir-se em campanhas que entregam mensagens simples e orientações explicativas sobre como alguém pode ter acesso às suas diferentes fases. Uma identidade visual de alta qualidade, de preferência juvenil, ajuda a criar uma atitude positiva dos jovens, mas também de outras gerações e categorias em relação aos jovens. Atividades adicionais de relações públicas e comunicação corporativa podem ser ativadas e reforçadas especialmente através das redes institucionais que fornecem informações mais detalhadas sobre as diferentes e mais complexas camadas do processo.

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DE UM OPJ

Existem alguns aspetos vitais sem os quais um processo de orçamento participativo para jovens não terá sucesso na cidade, como:

- **CONSTRUINDO CONFIANÇA:** Um OPJ trata, principalmente, de construir uma base de confiança para um processo inovador que visa introduzir formas participativas adicionais de interação entre os membros de uma comunidade. Maior confiança da sociedade em relação às suas instituições e indivíduos fornece mais boa fé para novas iniciativas e propostas de melhorias em todos os setores. Em última análise, essa confiança permite um ambiente adequado para a inovação social, que vem de baixo para cima, mas também de cima para baixo. No entanto, sem confiança, um OPJ falhará e poderá segregar ainda mais a comunidade, significando uma maior desconfiança, especialmente em relação à capacidade dos jovens de gerar uma mudança positiva na sociedade.
- **CRIANDO UM SENTIDO DE PROPRIEDADE:** não existe OPJ de sucesso sem o sentido de propriedade a vários níveis. Um OPJ transforma-se num processo ativo e aceite quando os jovens sentem que o que eles criaram e implementaram também é seu, além de ser um valor agregado para a micro-comunidade que eles visam e para o próprio ecossistema urbano. Os jovens obterão mais motivação se tiverem permissão e forem ajudados no cumprimento das suas ideias e planos. Além disso, também é criado um sentido de propriedade ao nível do público se virem que a sua escolha e decisão foi respeitada e considerada através desse tipo de processo participativo.
- **CAPACITANDO DIFERENTES ATORES DA SOCIEDADE:** É muito importante sublinhar que um OPJ não se refere apenas aos jovens, embora responda às suas necessidades e desejos. Um OPJ é muito mais, consegue ligar gerações, é interdisciplinar, é intersetorial, liga pessoas que normalmente não interagem ativamente. O OPJ é uma forma de aumentar o fluxo sanguíneo dentro da cidade, uma forma



de aumentar a participação e uma forma de incrementar a atitude empreendedora e ativa de toda a sociedade urbana através dos seus indivíduos e organizações. No entanto, a incapacidade de envolver diferentes setores significa que o OPJ não tem o impacto e alcance esperado a toda a comunidade da área geográfica prevista.

- **criar legitimidade através da presença em massa do público:**

qualquer processo de tomada de decisão é aceite por uma comunidade se derivar de uma legitimidade que também é aceite. No caso de um OPJ, a legitimidade pode ser dada pelo elevado número de eleitores, de pessoas que se envolvem nas diferentes fases. Este número comprova que a decisão representa a vontade de uma elevada percentagem do público-alvo, conforme definido pelo regulamento do processo, e que, especialmente no caso de um município, o financiador está a cumprir a decisão, na verdade está a aceitar a vontade do povo. A falta de legitimidade conduzirá, no entanto, a uma desconfiança generalizada nos processos participativos, o que também pode resultar no afastamento por parte dos cidadãos dos temas de interesse comum para um todo ou parte de uma área urbana.

- **supervisão e comunicação dos resultados após implementação das iniciativas apoiadas pelo processo:**

enquanto a parte mais importante de um OPJ é a tomada de decisão sobre alocações financeiras, é importante destacar como essa decisão é colocada em prática. Neste caso, é fundamental informar as pessoas envolvidas na decisão final sobre como a sua escolha se materializou por meio das iniciativas implementadas. Este esforço de um órgão diretivo proporcionará uma aceitação de longo prazo para um OPJ, no caso de ser repetido várias vezes ou prolongado em várias categorias sociais ou etárias, bairros ou de uma cidade para uma área metropolitana. Uma disseminação adequada tem efeitos positivos adicionais, como a ampla aceitação do OPJ pelos financiadores ou outros atores-chave. Também cria as premissas para um maior envolvimento dos jovens, parceiros públicos e privados em futuras edições do processo. A falta de resultados acessíveis criados por iniciativas apoiadas pode criar a sensação de utilidade em relação a um processo de orçamento participativo.

QUANTO CUSTA UM ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM?

QUANTO CUSTA UM ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM?

É uma percepção errónea de que um processo de orçamento participativo pode apenas fornecer um processo de tomada de decisão em relação a fundos públicos e, especialmente, locais. Como o próprio nome indica, a essência do orçamento participativo é que existe um certo tipo de orçamento feito de forma participativa. Qualquer instituição pública (local, regional, nacional, europeia) e empresa

privada de grupo de empresas privadas pode decidir autorizar um determinado público a decidir sobre uma alocação financeira de forma participativa. Além disso, existe também a possibilidade de uma comunidade de indivíduos criar um conjunto de recursos financeiros cujo destino não decidem, envolvendo, em vez disso, um grupo mais amplo de indivíduos na tomada de decisões. O único aspeto importante é que quem financia um OPJ, não toma para si a decisão sobre o que é apoiado por esse fundo e o que não é.

QUAL É O TAMANHO IDEAL DE UM PROCESSO OPJ?

Não existe tamanho ideal. Um órgão diretivo deve sempre considerar as seguintes questões: quantas iniciativas devem receber apoio? Quão grandes iniciativas devem ser consideradas? A pergunta final pode ser melhor respondida por um teto alto para o orçamento estimado de uma iniciativa.

Outra abordagem é, naturalmente, viável da perspectiva de um orçamento já alocado. Neste caso há que considerar o orçamento total comparado a um número mínimo de iniciativas apoiadas mas também os custos extra para gerir todo o processo (ver abaixo). Todos estes aspetos também definem o teto financeiro elevado para uma iniciativa.

Com processos de OPJ feitos durante vários anos seguidos, um órgão diretivo já consegue conhecer a dinâmica exata do processo ao nível local, e pode promover ajustes em comparação com as edições anteriores e com base nas experiências passadas.

QUE OUTROS ASPETOS DA GESTÃO FINANCEIRA DEVEM SER CONSIDERADOS?

O orçamento total de um processo de OPJ é sempre maior que o montante de financiamento que atinge iniciativas propostas diretamente pelos jovens. A fim de alcançar os fatores críticos de sucesso de um orçamento participativo, o seu órgão diretivo precisa assegurar uma gestão adequada, monitorização e sensibilização através da comunicação sobre o processo entre todos os principais atores. Portanto, ao planear a gestão deste processo, deve-se considerar aspetos de recursos técnicos e humanos necessários para implementar um ciclo completo de projeto.

Sem assumir a apresentação de uma lista completa dos tipos de custos que ocorrem, os seguintes aspetos devem ser considerados ao fornecer o orçamento para um OPJ:

- custos gerais de RH com a gestão do processo de um OPJ, incluindo relatórios para os financiadores (financiadores públicos, privados ou comunidade de apoio);
- custos gerais de RH com informação, sensibilização e facilitação de indivíduos ou grupos de jovens na proposta de ideias;
- custos gerais de RH e técnicos com a supervisão das iniciativas selecionadas e a assistência a indivíduos e grupos de jovens durante a implementação;



- custos gerais com a comunicação e divulgação de um ciclo completo de projetos OPJ;
- custos técnicos para a coordenação do processo (fornecendo informações e, opcionalmente, gerindo todo o processo de proposta e tomada de decisões online);
- custos técnicos de gestão de apoio no processo de implementação de iniciativas apoiadas.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

FINANCIAMENTO DIRETO OU INDIRETO DE INICIATIVAS?

Este tópico também pode ser abordado de formas diferentes. A questão central é decidir se existe alguma transação financeira direta para implementar as iniciativas, ou não.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Se houver, há que considerar o contexto jurídico de como um iniciador (individual ou grupo) pode receber financiamento da fonte de financiamento do OPJ. Mais uma vez, existem duas opções. Primeiro, se um órgão legal (ONG, escola) assumir a responsabilidade de fornecer a base legal para uma iniciativa, o financiamento pode ser recebido diretamente por essa entidade. No entanto, se o beneficiário do financiamento for um grupo informal, um representante do grupo (na verdade, um dos membros do grupo) assumirá a responsabilidade de receber os fundos, sob determinadas condições que podem ser definidas num financiamento ou adjudicação.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Existe, é claro, a segunda opção, quando não há transação financeira direta entre um corpo administrativo e um beneficiário ou iniciador. Neste caso, é muito importante definir como um iniciador pode definir e apresentar as necessidades de implementação de uma iniciativa proposta e como as necessidades exatas de recursos são quantificadas e orçadas. Se esta opção for procurada, uma aquisição centralizada de bens e serviços pode ser fornecida pelo órgão diretivo ou pelo financiador, enquanto os iniciadores recebem os bens e serviços adquiridos em espécie.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Em qualquer caso, é importante que o órgão diretivo de um OPJ apresente a forma e o método exatos de apoio no início do processo (ao lançar um concurso para iniciativas).

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

E. QUE IMPACTO PODE O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM TRAZER PARA A EUROPA?



Colocando-se no contexto de proposições de valor expressas pelo presente documento, o orçamento participativo para jovens é capaz de criar impacto não apenas ao nível local, como também ao nível regional, nacional, europeu e global.

IMPACTO AO NÍVEL LOCAL

Existe uma vasta gama de argumentos para criar e implementar processos de OP. Mas também existe um forte argumento para processos dedicados OP para jovens, ou OPJ. Existe uma ampla gama de impactos possíveis dentro de uma cidade, como:

- **Comunidades mais felizes e mais fortes:** Como sublinhado nos aspetos relativos ao contexto da criação deste livro branco, o papel da juventude no desenvolvimento urbano deve ser medido não apenas através de aspectos económicos, como num sentido mais lato, através da qualidade de vida dos seus habitantes. Um processo OPJ pode contribuir para uma perceção geral positiva sobre a cidade e a sua comunidade, pelo facto de que ideias e propostas de jovens são ouvidas e, além disso, as melhores ideias na opinião do público como o principal tomador de decisão do processo, serão implementadas pelos próprios jovens.
- **Comunidades de jovens mais capacitadas e auto-suficientes:** esse efeito pode levar não apenas a um setor de ONG jovens mais fortes, como também a um número maior de jovens ativos na sua comunidade e a um maior nível de envolvimento jovem. A associatividade também pode aumentar, proporcionando um mecanismo de fácil acesso através do qual grupos de jovens podem cumprir a sua vontade de fazer algo nas suas próprias micro-comunidades. Não menos importante, o OPJ também pode ter um impacto sobre a atitude empreendedora dos jovens, o que pode afetar a sua abertura para o trabalho autónomo e para uma atitude positiva em relação à criação de um negócio próprio.
- **Maior confiança mútua e apreciação entre jovens cidadãos e o poder local:** Como já provado por vários exemplos dentro dos programas do Capital Europeu da Juventude ou iniciativas complementares, qualquer tipo de projeto participativo de sucesso proporciona uma melhoria significativa na interação e cooperação dos jovens e das suas organizações e autoridades públicas. Cria confiança, o que tem um impacto positivo em iniciativas futuras propostas por jovens, mas também em abordagens colaborativas para definir visões, estratégias e planos de ação com impacto nos jovens.
- **Maior confiança mútua e apreciação entre jovens cidadãos e outros cidadãos:** Um resultado essencial pode ser sentido em como outras gerações consideram a contribuição dos jovens para a sociedade. Como os jovens são os mais dinâmicos gamechangers de uma cidade, a aprovação do seu impacto é vital para manter

uma sociedade urbana unida. Como na maioria dos casos, essas relações tratam da conservação contra o progresso, mantendo as mesmas coisas contra a inovação, um processo OPJ ajuda a encontrar o equilíbrio adequado na definição da melhor abordagem adequada que seja aceitável para todas as gerações da comunidade urbana. Isto leva à confiança mútua e cooperação na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

- **Visão e responsabilidade compartilhadas:** também, como consequência de confiança mútua construída através deste processo, melhores condições também vêm à tona na criação de um entendimento comum sobre como diferentes gerações e categorias sociais vêem o futuro de sua cidade e quais são os pontos comuns com os quais todos podem concordar. Estes aspectos comuns podem ser estabelecidos e incluídos pelo município em futuras estratégias e planos de ação.
- **Maior coesão social e inclusão entre os jovens:** Um mecanismo de OPJ fornece soluções reais para jovens em socialização não apenas com os “suspeitos usuais” do seu ambiente, como com o círculo de amigos próximos, colegas ou conhecidos nas redes sociais, mas também com outros grupos de jovens com quem costumam não se cruzar ou interagir. Isso pode fornecer uma sociedade jovem menos atomizada numa cidade.
- **Desenvolveu habilidades e conhecimentos para uma cidadania ativa e uma atitude empreendedora:** Participar de um processo de orçamento participativo para jovens como iniciador proporciona uma experiência duradoura sobre como pensar em soluções para o ambiente social e como transformar uma ideia num plano. Isso também permite aos jovens pensarem porque é que a ideia é boa e para quem é essa boa ideia, enquanto que, durante a implementação da ideia, se jovens selecionados acederem a uma experiência relevante sobre como colocar ideias em prática, incluindo capacidades de gestão e comunicação, podem treinar o seu pensamento crítico sobre o sucesso (ou fracasso) da ideia. Fazer parte desse tipo de processo cria as condições para um envolvimento cívico mais ativo, mas também para um comportamento empreendedor aprimorado, tendo a iniciativa, fazendo coisas de valor agregado na economia e na sociedade e pensando ativamente em como melhorar o ambiente económico e social.
- **Sentido de orgulho e realização:** fazer parte de um orçamento participativo como um iniciador, ser votado e aprovado pela sociedade e, em seguida, ser capaz de implementar a iniciativa proposta contribui para o sentimento interior de realização reforçada pelo sentimento de orgulho.
- **Governança participativa, democracia participativa:** Um OPJ amplia e consolida o papel da democracia participativa como uma ferramenta complementar à democracia representativa no nível urbano. A democracia participativa é uma ferramenta de envolvimento em tempo real e rápida com os cidadãos e amplia o espectro do envolvimento



dos cidadãos na tomada de decisões. Como resultado, a democracia representativa também é fortalecida do ponto de vista de que os cidadãos percebem que nem todas as decisões sobre a cidade podem ser tomadas através de métodos participativos, mas é importante que se envolvam na tomada de decisões enquanto elegem representantes locais. Por outro lado, a democracia participativa torna os partidos políticos e os representantes eleitos mais responsáveis em relação à tomada de decisões, tornando-os mais responsáveis pelo público.

- **Tomada de decisões mais responsável e transparente:** Um processo de OPJ, por si só, oferece uma maior atenção dos cidadãos para outras decisões tomadas por decisores locais. No entanto, isso também beneficia os próprios decisores, que têm a possibilidade de alcançar o público também fora das campanhas eleitorais e, no caso de um OPJ, envolver-se especialmente com os jovens.
- **Mais cultura deliberativa e sentido de parceria e propriedade entre os jovens:** uma solução adequada para o envolvimento ativo dos jovens na discussão e tomada de decisões comuns é através de um sentido de propriedade de alto nível. Um processo de OPJ possibilita esse sentido, pois o que os jovens propõem é o deles e podem sentir que, embora sejam deles, também contribuem para a vida da comunidade. Dessa forma, o “meu” transforma-se em “nosso” sem perder nenhum desses dois componentes. Além disso, através da ligação entre grupos de jovens na fusão de algumas das suas iniciativas, a cultura de cooperação e parceria e um forte sentido de fornecer soluções comuns também é fornecida. Através da deliberação, uma propriedade comunitária mais forte transforma-se numa realidade.
- **Decisões e políticas sustentáveis, melhor sensibilização e aprovação de decisões de políticas públicas entre os jovens:** Os processos de OPJ implementados com sucesso criam as premissas para um interesse de alto nível por parte dos jovens em relação a outras decisões e políticas públicas que lhes dizem respeito ou até mesmo outros tópicos relevantes para a cidade. Permite um maior interesse pelas políticas e temas públicos, ao mesmo tempo que permite aos jovens participar noutros processos de tomada de decisão, como o OP geral e as eleições locais, regionais, nacionais e europeias.
- **Desenvolvimento comunitário colaborativo:** Apesar de não ter este efeito imediatamente, o desenvolvimento da comunidade representativa pode ser reforçado por um componente colaborativo, através do qual partes das decisões públicas relativas à cidade são delegadas ao público, para os cidadãos. Se os jovens sentirem que fazem parte desse processo, terão um incentivo adicional para ficarem e contribuírem para o desenvolvimento da sua própria cidade, sentindo que podem ficar em casa e que a cidade também está a cuidar deles.

IMPACTO AO NÍVEL REGIONAL/NACIONAL

O orçamento participativo jovem implementado localmente pode produzir impacto também ao nível regional e nacional. Ao nível regional, gera mais coesão no planeamento e na implementação de estratégias de desenvolvimento regional, especialmente no que diz respeito ao campo da regeneração urbana e à qualidade de vida dos cidadãos. Além disso, os OPJ podem abordar questões específicas da área metropolitana também onde a cooperação da cidade principal e os seus bairros podem abordar aspetos específicos, como a mobilidade dos jovens e o seu acesso aos serviços públicos. Um OPJ fornece um mapa muito bom de necessidades que podem ser resolvidas de forma mais eficiente ao nível metropolitano ou regional.

O impacto de um OPJ ao nível nacional pode ser estabelecido especialmente por meio da sua influência nas políticas nacionais. Como a juventude é uma competência nacional na União Europeia, as políticas mais relevantes podem ser elaboradas a este nível. O impacto entre o local e o nacional pode basear-se na reciprocidade, a experiência local fornece insights e dados brutos sobre a participação ativa dos jovens, enquanto o nível nacional de políticas fornece quadros, diretrizes e ferramentas para criar, desenvolver e consolidar esses processos em mais bairros.

IMPACTO AO NÍVEL EUROPEU

Uma multiplicidade de processos de orçamentação participativa para jovens nas cidades europeias ajudará a aplicar a democracia participativa como uma ferramenta complementar para envolver os jovens ativamente a nível continental, convencendo-os de que podem ter uma voz real em relação ao futuro da Europa e que podem fazer isso de uma maneira ativa. Mas OPJ pode produzir algo mais, especialmente na mentalidade não só dos jovens. A confiança na capacidade dos jovens de formar, inovar e mudar a sociedade será significativamente reforçada. Em última análise, isto pode levar a uma mudança de abordagem em relação ao medo de que a futura geração não seja capaz de resolver os problemas por conta própria e de que as gerações mais velhas precisem cuidar disso.

Dentro da União Europeia, uma ampla gama de processos de orçamento participativo jovem fornece dados extensos e feedback sobre a percepção atual dos jovens sobre o que os rodeia, as suas necessidades e compromissos para melhorar a qualidade de vida nas cidades europeias. Como uma unidade compacta, a União Europeia pode ser um líder global em reagir, adaptar, melhorar e inovar políticas baseadas nessas necessidades e desejos, não apenas no campo da juventude, mas em todas as áreas, pois todas elas constituem o futuro do continente.

F. PRÓXIMOS PASSOS E CONSULTAS

FURTHER NOTES



FURTHER NOTES

FURTHER NOTES

FURTHER NOTES



FURTHER NOTES

FURTHER NOTES



Created in the framework of the project entitled COM'ON Europe, European Platform of Participatory Budgeting for Youth with the support of the Erasmus+ Programme, Key Action 2, Strategic Partnerships for Youth.



Created in the framework of the Network of European Youth Capitals.

Consortium leader:

Grupul PONT (PONT Group), Cluj-Napoca, Romania

Partners:

Citta di Torino, Italy

Fundação Bracara Augusta, Braga, Portugal

Mladinski kulturni center, Maribor, Slovenia

UNESCO Youth Club Thessaloniki, Thessaloniki, Greece

Association "Varna European Youth Capital", Varna, Bulgaria

Camara Municipal de Cascais, Cascais, Portugal

Contributors:

András Farkas, Andrei Popescu, André Dantas, Babis Papaioannou, Carlos Santos, Claudia Fernando, Mauro Capella, Miguel Narciso, Mircho Hristov, Nina Rožkar, Oana Almășan, Őrs Szokolay, Réka Kisgyörgy, Sergey Petrov and Željko Milovanović



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.

